

FLAP LOCADORA E TRANSPORTES S.A.

CNPJ: 03.058.637/0001-27 - NIRE: 35300501853 de 03/03/2017

R MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 93, POSTAL 24, POA/SP

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outro forma)		Demonstração do resultado		Demonstração dos fluxos de caixa		
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais						
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ativo						
Circulante	2.046	9.046	57	2.121		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	361	2.390	-	66		
Contas a receber (Nota 10)	-	-	-	302		
Contas a receber de Partes Relacionadas (Nota 11)	6.578	6.472	-	1.707		
Imposto de Renda e Contribuições a Recuperar	68	91	-	4		
Outros	39	71	-	42		
Não Circulante	181	846	51	468		
Depósitos e Cauções	160	91	-	468		
Impostos a Recuperar (Nota 12)	21	755	-	-		
Total do Ativo	2.227	9.892				
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	-	-	-	66		
Salários e Encargos Sociais (Nota 13)	-	-	-	302		
Contas a pagar de Partes Relacionadas (Nota 11)	-	-	-	1.707		
Obrigações Tributárias (Nota 14)	-	-	-	4		
Imposto de Renda e Contribuições a Recolher	-	-	-	51		
Não Circulante						
Provisão de Contingências (Nota 15)	-	-	-	468		
Patrimônio Líquido	6.562	7.306				
Capital social (Nota 16)	5.000	5.000				
Reservas (Nota 17)	1.562	2.306				
Total do Passivo	7.227	9.892				

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

1. **Contexto operacional:** A FLAP Locadora e Transportes S.A. ("FLAP Locadora" e/ou "Companhia") é uma Companhia cuja atividade principal é o serviço de transporte, distribuição e expedição. A principal receita da FLAP é a atividades logísticas com foco principal na prestação ao segmento bancário e outros modais logísticos como subcontratado. No final do exercício de 2016, o controle da Companhia foi adquirido pelo grupo francês Geopost, que opera por meio da marca internacional Geopost. O atual quadro acionário é detido em sua totalidade pela J/LGP Brasil Participações S.A. A Companhia é uma sociedade por ações, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede à Rua Marechal Floriano Peixoto, 93 - Postal 24, Centro, Poá - SP. 2. **Descontinuidade operacional:** Desde o exercício fiscal de 2016, a Companhia apresentou atividades operacionais robustas e excelência operacional em suas ações logísticas sobre os serviços prestados ao segmento bancário e obteve solidez operacional em outros modais logísticos. Durante o exercício fiscal 2023 a Companhia executou serviços de expedição bancária pertencentes ao contrato junto a Caixa Econômica Federal, o referido contrato teve sua contraprestação dos serviços realizados pela Companhia com a dada excelência e qualidade, assim como aos exercícios anteriores. O contrato de prestação dos serviços finalizou no ano de 2023. A Companhia abdicará do direito de exercer atividades econômicas para os próximos exercícios, cessando seus negócios, logo não haverá novos serviços em contraprestação, sendo assim não se pressupõem a continuidade da Companhia. A Direção afirma que será definido o futuro da Companhia em ato subsequente pelo conselho de administração conforme determina o estatuto da Cia, este ocorrerá durante o exercício 2024. Concluído, a Direção entende não existir riscos econômicos sobre essa decisão, afirmando que na Companhia não há riscos de inadimplências e/ou o não cumprimento de obrigações e deveres junto a pessoas passivas, ainda garantindo que todos os direitos, créditos e ativos da Companhia estão devidamente reconhecidos em suas demonstrações financeiras, mantendo assim, neste ato, todas as garantias fiscais e jurídicas nas quais a Companhia detém o direito. 3. **Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, nas quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia abdicará do direito de exercer atividades econômicas para os próximos exercícios, cessando seus negócios, logo não haverá novos serviços em contraprestação, sendo assim não se pressupõem a continuidade operacional da Companhia. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de abril de 2024. A Direção afirma que será definido o futuro da Companhia em ato subsequente pelo conselho de administração conforme determina o estatuto da Cia, este ocorrerá durante o exercício 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 4. **Conversão de moeda estrangeira:** (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. 5. **Uso de estimativas:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo: (a) **Provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber:** A provisão para perdas por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. Qual está divulgada na nota 10. (b) **Provisão para contingências tributárias, civis e trabalhistas:** A Companhia é partícipe de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas em certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisdição disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. Qual está divulgada na nota 15. 6. **Mudanças nas principais políticas contábeis:** Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, não há durante o exercício fiscal de 2023 quaisquer alterações ou adições nas principais políticas contábeis materiais, sendo mantida comparabilidade de modo uniforme e consistente conforme o CPC 26(R1). A Companhia durante o exercício 2023, optou pelo regime tributário do Lucro Presumido, alterando assim o regime tributário exercido em 2022, no qual tratava-se do Lucro Real. 7. **Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. 8. **Resumo das principais políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. 8.1 **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). 8.2 **Instrumentos Financeiros: Ativos financeiros não derivativos - mensuração:** Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo no Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Representam instrumentos financeiros ativos classificados como "custo amortizado" os grupos de "Caixa e equivalentes de caixa" (com exceção dos certificados de depósitos bancários), "Contas a receber" e "Outros créditos". 8.2.1 **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. 8.2.2 **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. a) **Passivos financeiros não derivativos:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo, os resultados são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Em 2023 e 2022 a Companhia somente tem passivos de custo amortizado. b) **Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não possui instrumentos financeiros ou atividades de hedge nos seus saldos de balanço em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Ela não usou e não registrou nenhuma variação decorrente desses instrumentos no decorrer do exercício. 8.3 **Impairment de ativos financeiros e não financeiros:** a) **Ativo financeiro não derivativo:** A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. b) **Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não identificou nenhum ativo sujeito a risco de Impairment. 8.4 **Contas a receber:** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação menos a provisão para créditos de realização duvidosa. A Companhia constituiu a provisão para créditos de realização duvidosa considerando a existência de uma evidência objetiva de que a mesma não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. Tal política foi devidamente

aprovada pela administração da Companhia. 8.5 **Fornecedores:** São obrigações a pagar provenientes de aquisições de bens e serviços contratados no curso normal da companhia. As mesmas foram reconhecidas pelo valor justo e devido aos seus vencimentos serem de curto prazo, não houve necessidade de cálculo e aplicação de taxas de juros efetiva. 8.6 **Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e, (iii) O valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, por meio de aplicação de uma taxa de desconto acrescida dos efeitos de impostos sobre o lucro, que reflete as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa operacional. A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. 8.7 **Capital Social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. 8.8 **Reserva Legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. 8.9 **Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Para fins de reconhecimento da receita a Companhia procede da seguinte forma (modelo dos 5 passos): (i) Identificação do Contrato; (ii) Identificação das obrigações de desempenho; (iii) Determinação do preço da Transação; (iv) Alocação do preço da transação a cada obrigação de desempenho; (v) Reconhecimento da receita conforme cumprimento de cada obrigação de desempenho. As receitas geradas pela Companhia estão segregadas por classes de serviço relacionadas a seguir: (a) **Serviços de frete dedicado e malotes:** As vendas são reconhecidas de acordo com o período da prestação do serviço logístico, as contraprestações junto aos clientes são cobradas no mesmo ato ao reconhecimento da prestação do serviço logístico, conforme o contrato firmado entre as partes. (b) **Serviços de expedição:** A Companhia realiza algumas atividades de expedição para os seus clientes. Para estes serviços, ela emite uma fatura mensal de acordo com a quantidade de documentos manuseados durante o mês de reconhecimento da receita. 8.10 **Receita financeira e Despesa Financeira:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Receita de juros; • Despesa de juros; • Receita de descontos; • Receita de rendimento de aplicação financeira; • Despesas bancárias; A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. No cálculo da receita de descontos a taxa de juros efetiva inclui sobre o valor contábil bruto. A receita de rendimento de aplicação financeira é reconhecida mensalmente conforme demonstrativo bancário. As despesas bancárias são reconhecidas diariamente no resultado conforme demonstrativo bancário. Não existe literatura nas normas CPCs que defina o que está incluído em receitas financeiras e despesas financeiras, assim, a Companhia divulgou como parte de suas políticas contábeis o que ela considera como itens de receitas e despesas financeiras. 8.11 **Imposto de renda e contribuição social corrente:** A Companhia, optou pelo regime de tributação para o exercício de 2022 pelo lucro real anual. Sendo assim, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A Companhia, optou pelo regime de tributação para o exercício de 2023 pelo lucro presumido anual, o imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável (32% sobre a receita de serviços de transportes e outras receitas) e sobre as receitas financeiras acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável (32% sobre a receita de serviços de transportes e outras receitas) e sobre as receitas financeiras. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui saldo prejuízos fiscais, para os quais não foram constituídos impostos de renda e contribuições sociais diferidos, ativos em razão de não ser provável a sua realização. 8.12 **Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles. Pagamentos a título de antecipação de dividendos são registrados no ativo circulante por se considerar que serão realizados em um período de tempo menor do que 12 meses. 8.13 **Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. • Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32); • Divulgação das políticas contábeis (Alterações ao CPC 26); • Definição de estimativas contábeis (Alterações ao CPC 23); • CPC 50 Contratos de Seguro; • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (Alterações ao CPC 32); • Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06); • Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 03 e CPC 40). 9. **Caixa e equivalentes de caixa** 2023 2022 Depósitos bancários em conta-corrente 249 2.068 Aplicação financeira 112 322 Saldo em 31 de dezembro 361 2.390 Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer tempo, sem qualquer penalidade, sem prejuízo da receita reconhecida ou risco de variação significativa no seu valor. As aplicações financeiras equivalentes a caixa são aplicações em renda fixa com rendimentos mensais baseadas entre 80% a 105% do CDI no exercício 2023, incluindo as aplicações de movimentação automática que obtiveram retabilidade mensal média em torno de 0,11%. Durante o exercício 2022 as aplicações com rendimentos vinculados à Selic com rendimentos mensais negociados com a instituição financeira em torno de 1,19% e aplicações automáticas com rendimentos mensais em torno de 0,10%. 10. **Contas a Receber** 2023 2022 Clientes a Receber - 19 Saldo em 31 de dezembro - 19 Clientes a Receber por Idade de Vencimento 2023 2022 A vencer - - Vencidos de 30 a 180 dias - 7 Vencidos de 181 a 365 dias - 12 Vencidos acima de 365 dias - - Saldo em 31 de dezembro - 19 Provisão Para Crédito de Liquidação Duvidosa: A movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber é como segue: 2023 2022 Saldo do início do ano - 176 Baixas na provisão do exercício - (176) Saldo em 31 de dezembro - - Não são esperadas perdas significativas, que gerem constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber para cobrar eventuais prejuízos na carteira de contas a receber de clientes. 11. **Partes Relacionadas: a) Venda de Imobilizado:** A Companhia FLAP Locadora e Transportes S.A. vendeu veículos para a Jadlog Logística S.A. somando o valor total do saldo a receber abaixo: 2023 2022 Venda do Imobilizado - Saldo a Receber 6.578 6.472 b) **Outras contas a pagar:** A Companhia FLAP Locadora e Transportes S.A. possui outras obrigações a pagar a Jadlog Logística S.A. derivado do pagamento de convênios médicos e odontológicos de colaboradores que foram transferidos de uma Companhia para a outra, com vencimento em 31 de Dezembro de 2023, somando o valor total do saldo a pagar abaixo: 2023 2022 Outras Contas a Pagar - (1.707) c) **Renuneração de executivos:** A Companhia obtem serviços de pessoal chave da administração que estão registrados na sua controladora. 12. **Impostos a Recuperar** 2023 2022 INSS a Recuperar / Compensar - 264 IRRF a Recuperar / Compensar - 118 PIS a Recuperar / Compensar 1 21 CSRF a Recuperar / Compensar 4 96 CSLL a Recuperar / Compensar - 15 COFINS a Recuperar / Compensar - 84 FGTS a Recuperar / Compensar - 25 ICMS a Recuperar / Compensar - 2 ISS a Recuperar / Compensar 16 15 CPRB a Recuperar / Compensar - 115 Saldo em 31 de dezembro 21 755 Circulante - - Não Circulante 21 755 13. **Salários e Encargos sociais** Salários e Ordenados a Pagar - 202 221 Outras Obrigações Trabalhistas - 40 Obrigações Sociais - 230 Provisões - 11 Saldo em 31 de dezembro - 302

	2023	2022
Receitas de Vendas e Serviços (Nota 18)	352	1.280
Custos Operacionais (Nota 19)	(472)	(2.713)
Prejuízo Bruto	(120)	(1.433)
Despesas Administrativas (Nota 20)	(925)	(325)
Outras Receitas (Nota 21)	490	1.053
Outras Despesas (Nota 21)	(163)	(62)
Prejuízo Operacional	(718)	(767)
Receitas financeiras	257	259
Despesas financeiras	(10)	(18)
Resultado Financeiro (Nota 22)	247	241
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(472)	(526)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 23)	(272)	-
Prejuízo do exercício	(744)	(526)

Demonstração do resultado abrangente	
Prejuízo do exercício	2023 2022
Outros componentes do resultado abrangente	(744) (526)
Total do resultado abrangente do exercício	(744) (526)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Reservas de Lucros	
Reserva	
Capital social	Reserva de Lucros
social	legal a realizar
Total	Total

Em 31 de dezembro de 2021	5.000	802	2.030	7.832
Prejuízo do exercício	-	-	(526)	(526)
Em 31 de dezembro de 2022	5.000	802	1.504	7.306
Prejuízo do exercício	-	-	(744)	(744)
Em 31 de dezembro de 2023	5.000	802	760	6.562

	2023	2022
14. Obrigações Tributárias	3	15
PIS e COFINS	-	6
ISS	-	1
IRRF	-	20
Outros	3	42
Saldo em 31 de dezembro	3	42

As obrigações tributárias da Companhia fazem referência à tributos de natureza Municipal, Estadual e Federal que a Companhia possui ao final do exercício de 2023.

	2023	2022
15. Provisões para Contingências	3	15
Contingências Cível	521	403
Contingências Trabalhista	403	924
Contingências gências	32	(456)
Variações no Resultado durante o ano (424)	97	371
Em 31 de dezembro de 2022	97	468
Variações no Resultado durante o ano (97)	237	140
Em 31 de dezembro de 2023	608	608

Os processos judiciais mais relevantes com possibilidade de perda avaliada como provável estão descrito a seguir: (a) **Ações judiciais civis:** A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais decorrentes do curso normal das operações perante tribunais civis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou essas demandas e reconheceu para as ações cuja probabilidade de êxito é superior a probabilidade de riscos contingenciais. No exercício 2023, houve as baixas de provisões de contingências, motivadas pela alteração da probabilidade inerente ao risco, logo não havendo mais naturezas jurídicas intrínsecas de riscos à onerar possíveis probabilidades de perdas e/ou indenizações. (b) **Ações judiciais trabalhistas:** A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais perante a vários tribunais do Trabalho, decorrentes do curso normal das operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, analisou as demandas judiciais pendentes e, constituiu provisão para as ações cuja probabilidade de perda é superior a probabilidade de êxito, em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. **Outros litígios não provisionados:** A Companhia tem outras causas em disputa judicial relacionadas a ações decorrentes do curso normal dos negócios, mas para os quais nenhuma exigibilidade relevante é esperada de acordo com o entendimento atual desses casos, avaliados como perdas "possíveis". Esses passivos são estimados em R\$ 1.357 (R\$ 5.062 em 2022) para os contenciosos trabalhistas e civis. Os processos judiciais com maior relevância com possibilidade de perda avaliada como possível estão descritos a seguir: (a) **Reclamação trabalhista junto a uma pessoa física:** A Companhia é parte em um processo referente a reclamações trabalhistas no âmbito de alegação de diferenças sobre as verbas trabalhistas, em 31 de dezembro de 2023 o processo se encontra sob o estágio "em execução", o corpo jurídico da Companhia analisa a possibilidade de perda sobre essa causa como "possível", os valores atuais do referido processo estão em R\$ 1.357 (R\$ 3.642 em 31 de dezembro de 2022). (b) **Reclamação trabalhista junto a uma pessoa física:** A Companhia é parte em um processo referente a reclamações trabalhistas no âmbito de alegação de diferenças sobre as verbas trabalhistas, em 31 de dezembro de 2023 o processo se encontra sob o estágio "em conhecimento", tendo como momento jurídico o levantamento das evidências orais pelo reclamante, o corpo jurídico da Companhia analisa a possibilidade de perda sobre essa causa como "possível", os valores atuais do referido processo estão em R\$ 0 (R\$ 874 em 31 de dezembro de 2022). 16. **Capital Social:** O capital social da Companhia é de R\$ 5.000 está composto por 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias nominativas as quais foram subscritas e integralizadas pela J/LGP Brasil Participações Ltda., sendo a detentora da totalidade das ações da Companhia. 17. **Reservas:** Segundo a cláusula 20 do Estatuto (i) a parcela correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido será destinada para constituição da Reserva Legal, a qual não excederá o montante de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia (ii) se aplicável, uma parcela do lucro líquido será destinada a formação de reservas pelo conselho administrativo, se instalado, cuja a constituição será devidamente aprovada em assembleia geral da companhia. A política de distribuição de dividendos da Companhia é deliberada após a reunião do Conselho da Administração e sempre respeitando o limite de 25% (vinte e cinco por cento) conforme estatuto social da companhia. Devido aos prejuízos apurados no exercício a Companhia não constituiu reservas ou distribuição de lucros.

	2023	2022
18. Receita de Serviços Prestados	386	1.492
Receita de serviços	(34)	(212)
Impostos incidentes sobre serviços	352	1.280
Saldo em 31 de dezembro	2023	2022
19. Custos Operacionais	403	2.565
Custos com pessoal e obrigações sociais	-	11
Aluguel de Prédio	-	6
Veículos	63	131
Licenças e Taxas	472	2.713
IPVA/DPVAT	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro	74	127
20. Despesas Administrativas	177	127
Despesas com Água e Energia Elétrica	1	2
Despesas com Serviços Prestados	653	37
Despesas com Comunicação	20	32
Despesas com Tributos e Taxas	925	325
Outros	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro	925	325

	2023	2022
21. Outras Receitas ou Despesas	44	4
Outras Receitas	51	-
Recuperação de Custos	109	-
Recuperação de tributos previdenciários (i)	195	-
Tributos Previdenciários	91	593
Ganho na alienação de ativo imobilizado	490	1.053

	2023	2022
Outras Despesas	(22)	(28)
Despesas Indutíveis	(140)	-
Provisão de Contingências	(34)	(62)
Perdas com Recebíveis	(162)	-
Saldo em 31 de dezembro	(162)	(62)

(i) Referem-se a provisões de tributos previdenciários de anos anteriores rescritos em 2023.

	2023	2022
22. Receitas e Despesas financeiras	235	243
Receita - Rendimento de aplicação financeira	-	2
Receita - Descontos Obtidos	22	14
Receita - Juros Recebidos	257	259
Saldo em 31 de dezembro	(2)	(7)
Despesa - Juros e Encargos Financeiros	(8)	(11)
Despesa - Bancárias	(10)	(18)

23. **Imposto de Renda e Contribuição Social:** (a) **Apuração pelo Lucro Real Anual exercício 2022:** Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL (526) 3,4%

Bruno Mazzoni Tortorello - Diretor Presidente - CEO - CPF: 290.850.928-84

Marcos Antonio Miranda da Silva - Diretor Financeiro - CFO - CPF: 075.428.068-31

Pedro Henrique Condini - Contador - CRC-SP 276.645/O-1 - CPF: 317.983.938-40

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da Flap Locadora e Transporte S.A. - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Flap Locadora e Transporte S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Flap Locadora e Transporte S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para a auditoria:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3 das demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia abdicará do direito de exercer atividades econômicas para os próximos exercícios, cessando seus negócios, logo não haverá novos serviços em contraprestação, sendo assim não se pressupõem a continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras foram elaboradas levando em consideração que o pressuposto de continuidade operacional não é apropriado e, portanto, elas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto. **Responsabilidades**

da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opi-

nião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 30 de abril de 2024. **KPMG Auditores Independentes Ltda.** - CRC 2SP-014428/O-6. **Arlene Zaccharias Bidola Kurayama** - Contador CRC 1SP244099/O-5.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>